

Bibliografia

- CASTELLS, Manuel. *The informational city*. vol. II. Oxford: Blackwell, 1989.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LEMOS, Amália Inês Geraiges. A metropolização nos países do Terceiro Mundo. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, FFLCH-USP, 1999, pp. 7-37.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Amália Inês Geraiges de Lemos
é professora titular do Departamento de Geografia - FFLCH-USP

DUAS ABORDAGENS SOBRE O DOGMA DO INFERNO: CARLOS BAZARRA E JUAN LUIS SEGUNDO

Dr. Afonso Maria Ligorio Soares

A realidade do sofrimento e da morte foi sempre um espinho para nós humanos. Prova incontestável de nossa pequenez, em confronto direto com nossa ambição de poder e perenidade. A origem e a sobrevivência das religiões até hoje têm muito a ver com o esforço homérico de resolver o enigma de nossa existência.

Para completar o quadro e torná-lo mais complexo, as imagens de uma vida futura, vitoriosa sobre a morte terrena, nem sempre ajudaram a aliviar de maneira sadia as angústias do "lado de cá". Tomemos como exemplo a visão escatológica popularizada pelo cristianismo ao longo de vários séculos. Como dormir tranquilos, sabendo que, a qualquer momento, Deus poderia nos pegar desprevenidos, e nos arrebatá-los deste mundo para um destino eterno de torturas e suplícios infernais? Quantos sermões dominicais não incutiram uma miríade de escrúpulos nas pessoas, ameaçando-as com a inexorabilidade do fogo do inferno? Que estrago não foi feito na espiritualidade cristã quando se insistiu na imagem de um Deus severo, vingativo, injusto até, pois, poderia, a seu bel-prazer, escolher a hora de nossa morte, e assim nos predestinar ao céu ou às profundezas do abismo?

Ao longo da história da igreja, o destino final da humanidade foi sempre entendido plasticamente através de duas configurações radicais e extremas: o inferno (frustração e condenação eternas) e o céu (o pleno desabrochar do ser humano). Hoje, os teólogos cristãos encontram-se tão cientes quanto embaraçados pelo dano causado por tais imagens na fé e na vivência das pessoas. Há uma visível tendência a não se falar muito nisso, mas o problema é que, no fundo, continuamos querendo respostas para tais questões.

Tentativa simpática de apresentar uma resposta cristã atual e coerente, e destinada a um público mais amplo, é a nova obra da recém-criada coleção “Iniciação Teológica”, de Paulinas Editora: *A esperança não engana: reflexões sobre o inferno*, de Carlos Bazarra¹.

O Autor, professor emérito de teologia na Universidade de León e Salamanca e atual diretor da seção de teologia do ITER, em Caracas, compôs uma obra assumidamente divulgativa, que culmina em algumas considerações mais homilético-pastorais. Assim, Bazarra pretende enfrentar o delicado tema da dor infernal e da condenação eterna procurando reavivar a esperança na misericórdia do Senhor.

Sem nunca perder de vista o mundo latino-americano, terra de povos crucificados, o Autor introduz a reflexão considerando os infernos deste mundo; pois, só através destes tem consistência a consideração do inferno eterno (cap. 1). Numa manobra inteligente, desloca, desde o início, a perspectiva de abordagem do imaginário infernal, desculpando ao Deus cristão da pecha de criador (também) do inferno. Deus não quer os infernos deste mundo, nem os fez; nós os fizemos (cap. 2). A partir daí, Bazarra dedica os capítulos seguintes a tentar explicar o que Deus faz (ou deveria fazer) com os fabricantes de infernos.

Deixando-se guiar, neste ponto, pela perspectiva de Juan Luis Segundo e Andrés Torres Queiruga, o Autor afirma que o agir de Deus é pedagógico (aprendizagem de segundo grau, diria Segundo) e vai, pouco a pouco, preparando o espírito humano para acolher a Boa Notícia de Jesus de Nazaré (cap. 3). Daí ser preciso uma distinção atenta entre o simbólico e o diabólico (cap. 4), seguida de uma descrição do diabólico, assim como é contemplado pela Bíblia e pelo magistério cristão (cap. 5). Para o Autor, anjos e diabos constam nesses textos como pressuposto cultural e não como definição dogmática.

¹ No original: *La esperanza no defrauda: meditación sobre el Infierno*. Bogotá, Paulinas, 1996.

Após um parêntese bem-humorado sobre algumas descrições “realistas” do demo (cap. 6), o passo seguinte é revisitar a escatologia atual em sua tentativa de conciliar dois dados dogmáticos: a justiça de Deus e a misericórdia divina. Assim, Bazarra vai desafiando as primeiras tentativas de se superar a idéia de eternidade infernal (cap. 7); uma amostra do sentir dos teólogos a respeito (cap. 8); o significado da expressão “desceu aos infernos”, que ele traduz como solidariedade com os pecadores até as últimas conseqüências (cap. 9).

Em seguida (cap. 10 a 12), considera as três principais tentativas de saída para uma melhor articulação entre liberdade e inferno. A costumeira crê no inferno ou no céu eternos, com um purgatório “temporal”; ela enfatiza o peso das decisões livres do ser humano. A segunda, de sabor origenista, mas, de certo modo, reatualizada, dentre outros, por von Balthasar, conta com um inferno “temporal”. Através de um processo de purificação e restauração de todas as coisas em Deus (apocatástase), que, no fundo, identificaria o inferno com o purgatório, seu alvo é a concretização da salvação universal. A última hipótese sugere a morte eterna dos condenados; inexistiria algo como o inferno, já que os pecadores seriam aniquilados e somente os salvos viveriam eternamente.

Ensaçando uma resposta, Bazarra propõe o tema da presença de Deus na ausência (cap. 13) para dizer que, da ausência de Deus nos condenados, não se pode deduzir um inferno como culminância do mal. Em abstrato, pode-se até imaginar um rechaço total do ser humano a Deus. Mas nunca negar a superabundância de sua graça.

Por outro lado, se inferno houver, este significa a total ausência do próximo em nossa vida (cap. 14): “a ausência ontológica de Deus, inevitável para toda criatura, se faz digna de punição em nós quando se reveste e se concretiza de ausência humana” (p. 95). Daí ser autêntica atitude cristã diante do inferno o esforço por combatê-lo com todas as nossas energias. É o que o Autor chama de tarefa de descrucificar (cap. 15), que procura “alegremente (...) construir entre todos uma eternidade sem inferno” (p. 106).

Fechando o assunto, uma consideração sobre o satanismo em nossos dias (cap. 16). O Autor acaba admitindo que a questão de saber se Satanás representa uma realidade ontológica ou pessoal é teologicamente insolúvel; mas reconhece que, pastoralmente, é preciso insistir sempre na responsabilidade pessoal, na força da graça e no amor misericordioso de Deus nosso Pai.

A reflexão final (cap. 17) e a conclusão, de cunho pastoral e levemente poéticas, insistem na esperança como autêntica solução cristã para o que ainda permanece no mistério. “Com a graça de Deus”, conclui Bazarra, “temos direito a um final feliz”.

Dentro de uma faixa de obras de nível divulgativo-pastoral, o pequeno livro de Bazarra é um achado. Bem escrito, apresenta satisfatoriamente as principais linhas de abordagem do problema, e, fiel à realidade latino-americana, insiste numa atitude ativa de solidariedade com os crucificados de hoje e luta pela superação dos infernos deste mundo. É, sem dúvida uma boa opção para um público mais amplo, ou mesmo para aqueles que precisem de subsídios para o ensino da teologia a iniciantes.

Para leitores, entretanto, que pretendam aprofundar a reflexão, uma boa dica é o último livro escrito por Juan Luis Segundo, e publicado postumamente: *O inferno como absoluto-menos: um diálogo com Karl Rahner* (São Paulo, Paulinas, 1998).

Encarando de frente o assunto, J. L. Segundo esclarece, desde o início que não se pode confundir as explicações mais difusas entre as pessoas (mesmo entre padres e pastores) com aquilo que faz parte da genuína Tradição cristã. Em segundo lugar, recorda-nos que também a concepção cristã sobre nosso destino após a morte passou por uma segura evolução.

Por isso, é prudente que se tenha o maior cuidado hermenêutico na utilização de textos bíblicos e de reflexões teológicas ulteriores (cap. 1). Quando os evangelhos colocam na boca de Jesus expressões como “fogo que não se apaga” ou “geena”, “verme que não morre”, “trevas exteriores” e “ranger de dentes”, isso não pode ser confundido com as descrições medievais, dantescas, sobre o inferno. Em nenhum lugar Jesus se serve de tais expressões para

responder à pergunta sobre o que é o inferno. Todas as vezes que elas aparecem em seus discursos Jesus está explicando o que é que Deus ama ou odeia na conduta humana.

Segundo está convencido de que nenhuma dessas imagens bíblicas constitua uma descrição geográfica. Trata-se de uma linguagem simbólica que, como se sabe, quer nos passar um *sentido*, jamais uma informação científica. Relendo, por exemplo, a conhecida perícopa do “Juízo Final” (Mt 25,31-46), o Autor atesta que o centro de sua mensagem é reconhecer qual o critério do juiz divino, a saber, o amor concreto que as pessoas tiverem tido pelo próximo necessitado. O saldo final para os que insistirem na omissão ou nas más ações será “afastar-se de Deus” e “ir para o fogo eterno, nas trevas, com muito choro e ranger de dentes”.

Essa imagem comporta aspectos positivos e negativos. O positivo é valorizar o resultado das opções livres de cada ser humano. Quem não amou o irmão nesta vida, na realidade se afastou de Deus. Portanto, após a ressurreição final, continuará afastado (do amor) de Deus. Seu defeito, porém, é que, ao pretender trocar em miúdos o que significa ficar longe de Deus, envereda por uma seqüência de figuras (ser jogados no fogo, trevas, choro) que mais parecem um castigo enviado por um deus vingativo.

O Apóstolo Paulo consegue evitar a armadilha escolhendo outras imagens para falar do “Juízo Final” (1Cor 3,10-15). Ele admite que nossas ações na vida terrena são sempre uma mistura de bem e de mal. Não dá para separar os bons e os maus de forma absoluta e definitiva (Rm 7,25b). Só naquele “Dia” derradeiro se manifestará “o que vale a obra de cada um”. Nossa obra nesta terra passará pelo fogo purificador, que destruirá o que tiver sido fruto do egoísmo e fará entrar na glória aquele cadinho de amor que vier de cada um de nós. Na perspectiva de Paulo, não está em jogo a vida eterna da pessoa, mas antes a perenidade de sua obra terrena.

J. L. Segundo recorda-nos que o IIº Concílio Ecumênico do Vaticano acolhe essa visão paulina na *Gaudium et Spes*. O nº 39 reconhece que o sentido da história humana é colaborar com Deus em vista da nova terra e do novo céu, onde entrará tudo aquilo que, por amor, tiver sido gerado neste mundo.

O teólogo uruguaio destaca três fortes argumentos contrários à idéia popular de inferno (cap. 3). O primeiro consiste na impossibilidade de identificar, ao longo de uma história de vida, “quando”, de fato, alguém disse um “não” plenamente consciente, livre e total a Deus. Hoje sabemos que nossas opções são condicionadas por várias circunstâncias e fatores, alguns deles até mesmo inconscientes.

O segundo argumento, de sabor paulino, diz respeito à vitória da graça redentora de Cristo. Segundo Paulo, quando estávamos na mais torpe condição a que pode chegar um ser humano, Deus veio em nosso socorro (Rm 5,6-10). Portanto, nunca, por mais pecados que a humanidade possa cometer, estaremos em uma situação pior do que aquela em que Deus nos achou ao decidir nos redimir. Que podemos temer, então?

O último argumento apela para a pretensa felicidade eterna dos que entrarem na glória. A fé cristã garante que será salvo quem aprender a amar nesta terra; pois, amar é experimentar já aqui a graça de Deus, e a graça já é o “começo da glória”. Ora, quem ama se compadece do sofrimento dos irmãos. Como, então, poderia alguém, que passou a vida se preocupando pelo bem do próximo, ser eternamente feliz no céu, sabendo que muitos de sua gente estarão eternamente infelizes sob as penas do inferno? Por acaso, o céu eterno tornará tais pessoas insensíveis e indiferentes à dor alheia?

A favor da necessidade de uma condenação eterna colocam-se, em vez, dois argumentos, igualmente poderosos (cap. 4). O primeiro insiste no fato de que as pessoas vão tecendo livremente, ao longo da vida, algumas opções fundamentais. Estas estarão de tal modo entranhadas em seu íntimo que será difícil se desvencilhar delas na Hora H. A condenação ou a bem-aventurança eternas apenas ratificarão o que realmente fomos durante nossa vida. O segundo argumento, que complementa o primeiro, apela para a absoluta seriedade da liberdade. Esta pode ferir gravemente o próximo e ofender terrivelmente a Deus. Se, no final, Deus acabar concedendo uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos, isso significaria que a história humana inteira, com seus tremendos sofrimentos, tragédias e injustiças, terá sido apenas um mero pasatempo de Deus às nossas custas. Teremos sido nada mais que marionetes em suas divinas mãos.

Como sair desse impasse sem ofender a genuína revelação cristã? J. L. Segundo admite a devida dose de razão aos argumentos pró e contra a eterna condenação. Entretanto, convida-nos a ter cautela para não confundir teologia com biologia, física, geografia ou futurologia. A teologia trabalha a partir de certezas de fé, e estas foram plasmadas em determinados contextos antropológico-culturais a fim de propor um valor ou sentido último à existência humana. Toda escatologia baseia-se em uma antropologia.

Para elucidar a questão no último capítulo (cap. 5), nosso Autor retoma os três critérios teológicos que analisou antes (cap. 2) a fim de dirimir as dúvidas e avaliar os argumentos expostos. O primeiro consiste em privilegiar aquilo para o qual aponta, de maneira “direta”, a linguagem analógica usada na Bíblia, ou seja o problema central que essa linguagem quer resolver. O segundo aconselha a não admitir, na descrição do destino ultraterreno do ser humano, nenhum elemento que, por não ter sido eleito por este, signifique um “castigo” criado por Deus, algo acrescentado à culpa, seja na própria qualidade da pena, seja na sua duração. O terceiro pleiteia que a sentença escatológica “não pode ir além daquilo que se oferece ao ser humano como sua responsabilidade” mais clara e obrigatória: o bem que se faz ou se deixa de fazer na “história” do relacionamento de cada um com seus semelhantes. Se a escatologia corresponde ao “sim” ou ao “não” dado pela liberdade humana a Deus, também é verdade que não existe uma pura relação com Deus, sem nenhuma mediação histórica. Porque esta suporia uma opção “infinita” que não entra nas possibilidades de nenhum ser humano (p. 219-220).

Isto posto, parece claro que Deus não pôde “falar” do que aconteceria depois da morte do ser humano, a não ser usando para tal a única linguagem que nos é compreensível: aquela que faz surgir as palavras das realidades que já experimentamos aqui, dentro desta existência espaço-temporal.

Segundo retoma, então, sua conhecida díade - fé-ideologia; sentido-eficácia - para falar da dupla linguagem que utilizamos simultaneamente. Na ordem do sentido, criamos um *absoluto* do dever-ser (valores), ao subordinar-lhe qualquer outro bem que poderia ser obtido renunciando a ele. Não obstante, o poder real, transformador, dessa opção absoluta não indica que a *totalidade* do ser ou da *causalidade* tenha sido posta a serviço desse valor ou sentido.

Assim, diz Segundo, uma antropologia realista não pode admitir para o ser humano outra liberdade, a não ser aquela que vá de um *absoluto menos* a um *absoluto mais*. A categoria de *absoluto* pertence à ordem do sentido, enquanto que *o menos ou o mais* refere-se à ordem da eficácia e responde à utilização maior ou menor - nunca total - do ser e da causalidade em prol de um projeto ou valor qualquer. Todos os atos maus, assim como os bons, são opções *finitas* em seu próprio ser de atos humanos, mesmo quando versam sobre um ser Infinito. Uma escatologia não atenta a essa dupla medida, conclui nosso Autor, simplesmente desconhece a humanidade existente neste mundo (p. 227).

Assim, “o ‘inferno’ é - nada mais, nada menos - a dor com que atingimos os outros, ou a que, podendo-a evitar, não o fazemos por temor, preguiça ou costume; numa palavra: por egoísmo” (p. 246). Donde a expressão estranha, embora digitalmente justa, que Segundo prefere para se referir ao inferno: “o absoluto menos”, isto é, “o absoluto que, em vez de criar e construir amor, constitui o extremo setor ‘menos’ de nossas opções, sempre limitadas e finitas. E, portanto, não compatíveis com uma pena de dano, entendida como o resultado de um não tão total quanto impossível para o ser humano” (ibid.).

Como sempre, será o leitor a decidir se este ensaio póstumo do teólogo uruguaio merece um lugar destacado dentre os que se esforçam por traduzir de modo sadio e coerente a revelação cristã sobre o inferno. Fica a impressão de que as longas disquisições e desdobramentos da dialética segundiana correm o risco de levar o leitor a saltar fora antes de chegar a bom porto - o que seria uma pena. Este, entretanto, parece ser o preço que o Autor aceitou pagar para construir uma obra aversa a dogmatismos e centrada na tarefa de nos ensinar a pensar.

Afonso Maria Ligorio Soares é Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo e professor de Teologia na PUC-SP e no Instituto de Teologia da Diocese de Santo André.

Impresso na gráfica da
Pia Sociedade Filhas de São Paulo
Via Raposo Tavares, km 19,145
05577-300 - São Paulo, SP - Brasil - 2001